



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638505 - SP (2021/0000971-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : MICHEL DONIZETI DA SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : MARIA LUIZA DE SABÓIA CAMPOS ALVES DE OLIVEIRA -
SP171291
MICHEL DONIZETI DA SILVA - SP406948
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FERNANDO MENDEZ PINTO (PRESO)
PACIENTE : EDWIN CAMPERO CACERES (PRESO)
PACIENTE : MERDADO MENDEZ PINTO (PRESO)
PACIENTE : NELSON VILLARROEL ESPINOZA (PRESO)
PACIENTE : HERLINDA COPATITI HUAYLLA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FERNANDO MENDEZ PINTO, EDWIN CAMPERO CACERES, MERDADO MENDEZ PINTO, NELSON VILLARROEL ESPINOZA e HERLINDA COPATITI HUAYLLA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (15154293020208260228).

Consta dos autos que os pacientes foram presos em flagrante na data de 21/7/2020 e denunciados pela suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, c/c o art. 35, *caput*, ambos da Lei n. 11.343/2006, na forma do art. 69 do Código Penal. Prisão em flagrante convertida em preventiva posteriormente.

Sustenta a necessidade de relaxamento da prisão preventiva uma vez que, após o Juízo Natural ter se dado como incompetente e enviado os autos à Justiça Federal, os atos decisórios proferidos por ele são nulos. Dessa forma, não existindo nos autos reavaliação da prisão preventiva pelo então juízo competente, há a configuração de injusta constrição da liberdade individual dos pacientes.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a segregação processual, com ausência de fundamentação idônea e com a presença de condições pessoais favoráveis, não preenche os requisitos autorizadores da prisão, nos moldes do art. 312 do CPP.

Sustenta a necessidade de substituição da prisão preventiva pelo regime

domiciliar, em razão da imprescindibilidade da presença da paciente Herlinda Copatiti Huaylla nos cuidados de seus filhos menores de idade.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que a prisão dos pacientes seja relaxada ou revogada. No mérito, pugna que o presente *habeas corpus* seja julgado integralmente procedente, confirmando-se a decisão liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em relação aos pacientes FERNANDO MENDEZ PINTO, EDWIN CAMPERO CACERES, MERDADO MENDEZ PINTO e NELSON VILLARROEL ESPINOZA, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Quanto ao pedido de prisão domiciliar da paciente HERLINDA COPATITI HUAYLLA, a matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar em relação aos pacientes FERNANDO MENDEZ PINTO, EDWIN CAMPERO CACERES, MERDADO MENDEZ PINTO e NELSON VILLARROEL ESPINOZA. Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Em relação à paciente HERLINDA COPATITI HUAYLLA, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus* em relação ao pedido de prisão domiciliar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente